

---

**Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19**

*Offline's: Digital exclusion and private higher education in times of the COVID-19 pandemic*

Roberto Magno Reis Netto

Wando Dias Miranda

Clay Anderson Nunes Chagas

**Universidade do Estado do Pará (UEPA)**

Belém, Pará-Brasil

**Resumo**

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo que objetivou analisar de que forma as dificuldades de inserção no mundo digital influenciaram a qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos discentes de universidades particulares, revelando uma verdadeira violência sistêmica inerente à exclusão digital. Para isso, tomou-se como base a realidade de uma universidade particular da Região Metropolitana de Belém, ao longo do ano de 2020, em uma análise de dados secundários, com uma abordagem qualitativa orientada pelos métodos hermenêutico-dialético e indutivo. Como resultados, constatou-se a existência de déficit relativos à qualidade do acesso à internet, especialmente para um grupo de 1%, que não tinha qualquer forma de acesso à rede, e para outros 5%, que não tinham aparelhos apropriados. Entre os que não relataram problemas de acesso, no entanto, 55% dos sujeitos da pesquisa apresentaram dificuldades quanto à metodologia adotada pela instituição, ao longo do período pandêmico. Diante disso, observou-se que as mudanças motivadas pela pandemia, acompanhadas por insensibilidades às novas metodologias e à adoção de práticas pedagógicas, não compatíveis com a realidade dos discentes, alijaram-nos, na prática, de um processo de ensino-aprendizagem ativo, resultando em um contexto de violências sistêmicas.

**Palavras-Chave:** Universidades Particulares; Pandemia; Violência Sistêmica.

**Abstract**

This work presents the results of a study that aimed to analyze how the difficulties of insertion in the digital world influenced the quality of the teaching-learning process of students at private universities, revealing a true systemic violence inherent in digital exclusion. To achieve this, the reality of a private university in the Metropolitan Region of Belém was taken as a basis, during 2020, in an analysis of secondary data, with a qualitative approach guided by hermeneutic-dialectic and inductive methods. As results, it was found that there was a deficit in the quality of internet access, especially for a group of 1%, who did not have any form of access to the network, and for another 5% who did not have appropriate devices. Among those who did not report access problems, however, 55% of the research subjects had difficulties regarding the methodology adopted by the institution throughout the pandemic period. Thus, it was observed that the changes prompted by the pandemic, accompanied by insensitivity toward to new methodologies and the adoption of pedagogical practices, incompatible with the reality of the students, cast us off, in practice, from an active teaching-learning process, resulting in a context of systemic violence.

**Keywords:** Private Universities; Pandemic; Systemic Violence.

## 1. Introdução

Embora a história forneça, há tempos, pistas sobre o comportamento humano em situações extremas, ainda é natural que a sociedade se depare com sua incapacidade de se sensibilizar diante de condições atípicas, admitindo a normalidade da violência ou, como afirmou Arendt (1999), a banalidade do mal.

Žižek (2014, p. 45), em reflexões críticas à ética cristã que inspira as sociedades ocidentais, afirmou: “o que a atitude cristã que tudo inclui [...] implica é uma exclusão dos que não aceitem a inclusão na comunidade cristã”, ou, ousa-se acrescentar, a sociedade tende a excluir aqueles incapazes de se adaptar aos usos e costumes de determinadas comunidades. Haveria, portanto, níveis de violência que se instalariam de maneira *normal* nas sociedades do Século XXI, e que, mesmo diante de situações extremas, tenderiam a buscar um novo equilíbrio, admitindo o esbulho, a usurpação, a sujeição e a violação de grupos e comunidades que, por não se enquadrarem em certos padrões (frequentemente voláteis e fluidos), passariam a ser vistos como diferentes e, por isso, poderiam sofrer silenciosos abusos considerados moralmente aceitáveis.

Bauman (2001), de forma semelhante, abordou a exclusão social natural de consumidores falhos, incapazes de se inserir em um sistema determinado pelas regras de uma sociedade de consumo desenfreada, diante da qual, só adquiriria um estatuto de cidadania aquele se mostra capaz de participar do mercado e dos bens propiciados (a consideráveis custos). Novamente, a incapacidade de se inserir num jogo de interesses, certamente, mostra-se determinante para a aquisição de uma (sub)condição de cidadania, que permitiria a sujeição dos *excluídos* a um tratamento desigual, conforme necessárias regras sociais implícitas.

Contudo, nenhum dos autores, tal qual qualquer outro ser vivente, imaginaria como esse quadro de desigualdades e sujeições ganharia contornos absolutamente inimagináveis ao final da segunda década deste século XXI. Com o advento da Pandemia de SARS-CoV-2, diversas transformações abruptas ocorreram nas diferentes sociedades ao redor do mundo, de maneira indiferente à vontade de muitos (sub)cidadãos, gerando a aceleração de processos de adesão à tecnologia da informação e comunicação (TIC), bem como, a modificação extrema de diversos processos sociais de trabalho, convivência, produção e,

obviamente, de ensino (Reis Netto; Miranda, 2021c). E, obviamente, quem não se mostrou capaz de aderir a esse processo, *ficou para trás*.

Quanto ao campo do ensino, observou-se uma dicotomia que reforçou processos naturais de sujeição social: de um lado instituições públicas de ensino se viram parcialmente obrigadas a suspender suas atividades, justamente, pela incapacidade dos docentes e discentes se integrarem de maneira imediata ao (não tão novo) mundo virtual, especialmente, diante de baixos investimentos públicos em elementos estruturais mínimos; forte pressão dos servidores públicos e sindicatos. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma corrida pelo ouro entre diversas instituições privadas, que se viram obrigadas a se adaptar ao novo contexto (para evitar a perda ou suspensão dos contratos geradores de seus níveis de lucro – e sobrevivência) e, ao mesmo tempo, observaram oportunidades de crescimento e captação de discentes em meio à crise.

Conforme descreveram Reis Netto e Miranda (2021a, 2021cb), em relação ao ensino superior privado, com o advento da pandemia, um rápido conjunto de transformações sociais obrigaram instituições a modificar sua metodologia de ensino de maneira abrupta, repassando diversos ônus da inclusão no mundo virtual aos docentes, num processo nem sempre igualitário e, sobretudo, capaz de respeitar as angústias inevitavelmente vividas por todos, ao longo do obscuro período histórico em questão.

Uma nova forma de exclusão social se integrou a quase todos os campos da vivência, e, como não poderia deixar de ser, ao ensino: a exclusão digital (Reis Netto; Miranda, 2021b). Considerando que agora era exigido do trabalhador, cidadão e/ou estudante que viabilizasse meios para trabalhar, assistir aulas e/ou conviver no mundo *online* (em regimes de convivência, laborais ou estudantis exclusivamente *online*, ou, num segundo momento, denominados como de jornada mista ou *híbridos*), era inevitável que houvesse prejuízos àqueles 20,9% de domicílios no Brasil, que não detinham qualquer acesso à internet (IBGE, 2019), isso, sem contar à massa de trabalhadores que, caindo cada vez mais numa situação de pobreza, encontravam limites cada vez maiores à capacidade de acesso de boa qualidade ao mundo virtual.

Um novo abismo social foi criado no ensino. Contudo, ao contrário do que se poderia pensar, o fenômeno não gerou exclusão apenas entre discentes de instituições públicas e privadas, mas, também, ocasionou uma diferenciação interna, no seio de cada uma daquelas.

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19*

No interior de cada espécie de instituição de ensino conviviam classes sociais diversas que, de acordo com suas possibilidades econômicas e capacidade (individual ou familiar) de esforço próprio, poderiam se inserir no mundo virtual de maneiras diferenciadas, entre si. Do mesmo modo, a capacidade de inclusão no mundo digital foi diretamente influenciada por fatores geográficos relativos à moradia dos discentes. Afinal, sabe-se que as redes de serviços (incluindo-se as de telecomunicações) tendia a seguir determinadas centralidades urbanas, instalando-se em maior número e com melhor qualidade nas áreas mais favorecidas das cidades.

Portanto, seria incorreto o raciocínio de que o déficit no processo de formação curricular, ao longo da pandemia de COVID-19, teria sido menor entre estudantes das instituições de ensino privadas, tão somente, porque estas deram continuidade as suas atividades mediante a transformação dos regimes de ensino ao longo dos anos de 2020 e 2021. Surgiram inevitáveis dúvidas a respeito das limitações decorrentes da relação entre as diferentes (in)capacidades de inserção no mundo digital e os problemas vivenciados no processo de ensino-aprendizagem privado, correlatos ao período.

Analisando esse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral verificar de que forma as dificuldades de inserção no mundo digital influenciaram a qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos discentes de universidades particulares, revelando uma verdadeira *violência sistêmica* inerente à exclusão digital. Tomou-se por base, para tanto, a realidade de uma universidade particular da Região Metropolitana de Belém, ao longo do ano de 2020.

A importância da pesquisa se revelou diante da necessidade de desmistificação a respeito da inexistência de prejuízos na formação curricular de discentes de instituições de ensino superior privado, tão somente, em razão de sua rápida capacidade de modificação de seu *modus operandi*. Em segundo lugar, o estudo também buscou a quebra da ideia de que processos uniformes gerariam resultados de igual natureza em instituições de ensino privado, demonstrando que a complexidade social inerente ao público discente torna necessária a adoção de processos que levem em conta essa diferenciação interna.

Ademais, buscou-se a compreensão dos problemas relatados ao longo do processo de ensino-aprendizagem e das lacunas que tenham surgido ou se agravado mais ainda, ao longo do período da pandemia e da forçada inserção no mundo digital, o que permite o futuro a reflexão sobre possíveis caminhos de trabalho a instituições comprometidas com a qualidade de ensino e aos profissionais verdadeiramente engajados nesse processo.

## 2. Referencial Teórico

Primeiramente, deve-se dizer que nunca foi possível conjecturar de forma romântica sobre as condições do ensino superior (público ou privado). Segundo Pimenta e Anastasiou (2008, p. 233) os discentes que ingressam no ensino superior costumam apresentar naturais problemas decorrentes “[...] de um sistema de ensino que centralizou esforços de seus últimos três anos na direção do vestibular”, num modelo no qual a memorização (sem aprendizado) se coloca como recurso dominante, de baixa criticidade, perante o qual a aprovação é *vendida* como produto e os professores se colocam como condutores de um *show* (os famosos *profeshow's*).

Portanto, é natural que esse grupo apresente uma série de déficits relacionados à falta de autonomia para a condução de seus estudos e adote uma postura passiva e individualista em relação à sua formação curricular, denotando um contexto que, ainda antes da pandemia, se mostrava bastante dificultoso para consagração do processo de ensino-aprendizagem (Pimenta; Anastasiou, 2008).

Esse problema se agrava quando o aluno, carente de autonomia, é inserido em instituições de ensino superior marcadas pelo divórcio entre “[...] as finalidades da universidade enquanto instituição social e as esperadas pelo Estado nacional de caráter neoliberal [...]” (Pimenta; Anastasiou, 2008, p. 161), principalmente quando o foco está apenas no lucro, sem priorizar a produção de valores por meio da participação comunitária.

As desigualdades sociais acabam por promover uma *inclusão invertida* no ensino superior brasileiro: as classes mais privilegiadas, em geral, ocupam a maior parte das vagas em cursos tradicionais e com melhores perspectivas de mercado, enquanto cursos menos valorizados recebem grupos de discentes que enfrentam grande parte das dificuldades mencionadas. Por outro lado, as instituições privadas tornam-se a única opção para muitos grupos sociais menos favorecidos obterem uma formação superior e se integrarem a um mercado de trabalho cada vez mais excludente (Santos, 2011). Isso contribui para a imagem de baixa qualidade e a estigmatização que ainda hoje são atribuídas a muitas instituições de ensino superior.

Com o advento da pandemia, o quadro de dificuldades no ensino superior agravou-se substancialmente, como foi explicado por Reis Netto e Miranda (2021a, p. 225), em pesquisa relativa ao ensino jurídico:

Muitas instituições conseguiram se adaptar rapidamente, havendo casos, até mesmo, da criação de estruturas internas para o exercício de atribuições sanitárias no contexto educacional [...], ao passo que outras, simplesmente, pararam suas atividades até efetivamente decidir pela adoção de uma plataforma ou aplicativo, gerando um déficit insuperável na história de vida dos envolvidos. Demissões ocorreram em incontáveis estabelecimentos, transferindo aos docentes as angústias de uma economia predatória e ampliando as tensões de ter que manter o próprio emprego num contexto de incertezas (a respeito da própria sobrevivência, inclusive). Além disso, os docentes tiveram que assumir uma série de custos para lograr êxito numa inserção digital forçada (que, até então, não era da preocupação de diversos profissionais que não lidavam ou não detinham afinidade com a tecnologia), em termos materiais e em termos de competências. E, mais ainda, foi-lhes quase que unilateralmente imposto o desafio de traçar novas metodologias de ensino e avaliação discente (ou, em outras palavras, o dever litúrgico de elaborar uma fórmula para ensinar ao longo da pandemia, sem que os alunos – por muitos encarados como clientes – fossem contrariados e se evadissem das instituições, desagradando o Deus Mercado).

As consequências práticas do problema, por sua vez, não foram surpreendentes:

Como é de se esperar em contextos de crise, as reações de muitos foi a pior possível: o endurecimento, sob uma (empírica, ou, absolutamente subjetiva) necessidade reputada se ter certeza de que os discentes realmente estavam estudando do outro lado da tela. Com isso, provas de nível bastante elevado, seguidos de uma infinidade injustificável de trabalhos fosse a postura adotada pelos mestres sem sala, como forma de garantir que os discentes adeririam ao seu compromisso estudantil. Era óbvio que a postura geraria muito mais fragmentação do que adesão. Pouco a pouco, muitos alunos começaram a dividir tarefas entre os membros de cada grupo, fragmentando a possibilidade de conhecimentos entre todos, e, como é de se esperar a prática da cola se agravou mais ainda durante as avaliações. Afinal, o pensamento por um endurecimento docente gerou um clima de distanciamento maior do que o já ocasionado pela mediação por tecnologias da informação, e, com isso, incentivou muitos discentes à adoção de uma postura contraproducente e contrária aos professores (algozes, que muitas vezes apenas seguiam ordens superiores). (Reis Netto; Miranda, 2021a, P. 226).

Ao fim, o próprio processo de ensino aprendizagem restou subvertido:

Docentes e discentes, inequivocamente, enfrentavam os mesmos males: temores pela vida, adoecimentos, perdas de pessoas importantes, necessidade do próprio sustento, incertezas sobre o amanhã, angústias, ansiedades, etc., e, em meio à tudo, ainda deveriam seguir as regras do jogo educacional (os primeiros, sob pena de demissão ou advertência, os segundos, sob pena de reprovação). Tudo, devidamente estabelecido por normativas e planejamentos floreados por belos textos Freireanos, mas que, em essência, se materializavam de forma divorciada de qualquer possibilidade emancipatória (Reis Netto; Miranda, 2021a, P. 227).

Dentre os vários problemas destacados pelos autores, explora-se, neste estudo, a questão da *forçada integração ao mundo virtual*. Como visto, para elidir a possibilidade de suspensão de contratos e diante da necessidade empresarial de sobrevivência, foi necessário que, em muitas universidades particulares (de maneira forçada, sem qualquer possibilidade de preparação prévia e sob uma nítida transferência de custos), discentes e docentes

tivessem que promover sua autoinserção no mundo virtual, por meio de plataformas, tecnologias, acesso à redes, consumo de dados, uso tecnologias e recursos que, em muitos casos, desconheciam ou, materialmente, não possuíam em mãos. Na prática, quem não conseguisse se adaptar seria demitido ou precisaria trancar o curso, independentemente das consequências em meio às incertezas da pandemia.

Agravou-se a *exclusão digital* no mundo do ensino, apontada por Moura *et al* (2020) como um conjunto de dificuldades de acesso à internet e seus benefícios ou redes, por questões afetas, sobretudo, a dificuldades materiais e infraestruturas, que se agravam substancialmente (como sugerido ao início do estudo) à medida em que os grupos sociais também se afastam das áreas de centralidade urbana. E, ao longo da pandemia, esta se somou a uma forte questão econômica: era necessário manter-se empregado. Para aqueles que detinham uma boa condição econômica, não houve maiores dispêndios para o processo de inclusão no mundo digital. Para os mais pobres, os custos foram alarmantes.

Mesmo para os que conseguiram permanecer no ensino superior durante a crise, seja por terem superado a exclusão digital ou social, surgiram déficits no processo de ensino-aprendizagem vivenciado no período, e que já é, atualmente, destacado por diversos autores em pesquisas atuais (Silva, 2021; Reis Netto; Miranda, 2021a, por exemplo).

Em verdade, observa-se que o sistema de (re)produção do ensino, enquanto elemento de um mercado, continuou a girar suas engrenagens em prol de sua própria existência, ao passo que, de outro lado, os discentes-contratantes foram sujeitados a um conjunto de condições internas (institucionais) e externas (sociais, em seu sentido mais amplo) extremamente graves e desfavorecedores, mas cujas origens permaneciam abstratamente atribuídas à pandemia. Trata-se de um clássico caso de *violência sistêmica*, compreendida por Žižek (2014, p. 30) como um conjunto de “[...] consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político”. Sob a ótica desta categoria, encara-se como *natural* a abrupta mudança do modo de funcionamento das instituições de ensino na pandemia e, como mais natural ainda, a postura substancialmente limitada de muitos governos em relação ao atendimento de âmbitos sociais atingidos, no período.

Esta violência não se perpetraria, como afirmado por Miguel (2015) de uma forma direta e por sujeitos bem definidos. Seria, noutro sentido, uma violência cujos perpetradores

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19* não são facilmente definíveis, uma vez que advém do somatório de uma série de condições econômicas e políticas simultâneas que, diante da complexa realidade, sufragam as condições de (sobre)vivência de cidadãos comuns. A violência se coloca como uma “implícita confissão de impotência” (Žižek, 2014, p. 73), diante da realidade.

Nos ambientes educacionais esta violência se perpetraria sob diferentes conjuntos de práticas estruturais e institucionais que resultariam em desigualdades e exclusões de determinados grupos específicos, de forma sutil ou explícita, manifestando-se através de políticas excludentes, currículos eurocêntricos ou práticas pedagógicas que desconsideram a diversidade sociocultural dos alunos (Silva, 2021). Castells (2015), por conseguinte, destaca que a exclusão digital aprofunda a marginalização de grupos sociais vulneráveis, limitando seu acesso ao conhecimento e oportunidades. E, durante a pandemia de COVID-19, esse fenômeno se evidenciou ainda mais, com estudantes de baixa renda enfrentando barreiras significativas para acompanhar as aulas remotas devido à falta de equipamentos e conexão à internet (Barbosa; Costa, 2021).

A exclusão digital, portanto, constituiria uma barreira estrutural que perpetua a violência simbólica e a exclusão educacional, o que, em tempo, se avaliou por intermédio do objetivo geral aqui adotado, cujo atingimento se deu nos termos da metodologia delineada no tópico a seguir.

### **3. Métodos e Técnicas**

O estudo adotou o método hermenêutico e dialético, que considera a linguagem como o elemento central para a análise de qualquer fenômeno, mas reconhece que ela está sujeita a perturbações e variações de acordo com os contextos locais e as classes sociais em que é utilizada (Minayo, 2002; Reis Netto; Chagas, 2019). O estudo também adota uma abordagem indutiva, analisando um contexto específico para extrair possíveis conclusões generalizáveis sobre os problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia (Bittar, 2016).

Além disso, o estudo foi caracterizado como uma pesquisa exploratória, definida por Martins e Theóphilo (2016) como aquela que busca revelar aspectos desconhecidos de um fenômeno. Igualmente, adotou-se uma abordagem essencialmente *qualitativa*, voltada, portanto, ao conteúdo de um fenômeno e não à possíveis correlações estatísticas (Martins; Theóphilo, 2016).



A pesquisa utilizou dados secundários provenientes de relatórios institucionais, coletados e usados pela administração de uma universidade da Região Metropolitana de Belém para autoavaliação da qualidade do ensino. Esses dados foram gentilmente disponibilizados aos dois primeiros pesquisadores, que atuaram no processo de análise. A pesquisa analisou o impacto das mudanças nas metodologias de ensino e verificou se os discentes da instituição conseguiam acompanhar e se adaptar a essas transformações.

Foram coletados 235 formulários, representando uma amostra confiável, com margem de erro de 5%, para uma população de 600 discentes matriculados até o final do primeiro bimestre do segundo semestre de 2020. O período correspondeu ao da realização da análise dos dados, da qual os dois primeiros autores do estudo participaram. Tratava-se, justamente, do momento de avaliação das principais transformações na metodologia de ensino da instituição, por força das novas dinâmicas da Pandemia de Covid-19, com a implantação de uma plataforma de ensino e migração de aulas guiadas por trilas de aprendizado.

A preocupação residia nas ameaças de evasão de discentes, sob a alegação de incapacidade de adaptação às transformações e baixo desempenho inicial registrado no primeiro bimestre. A pesquisa foi desenvolvida pelos setores pedagógicos da instituição, com os dois autores atuando no momento da avaliação dos resultados. Diante disso, o trabalho foi totalmente desenvolvido a partir de premissas já estabelecidas, mas que, ainda assim, permitiram um olhar crítico sobre a realidade dos discentes e postura institucional.

Os dados foram coletados por meio de formulários aplicados via Google Forms. A pesquisa foi precedida de TCLE e seguiu critérios resolutivos internos quanto à ética, além de permissivos contratuais. Além disso, a pesquisa originária previu cláusula expressa para uso dos dados em pesquisas científicas, uma vez aplicada a anonimização exigida pela lei n. 13.709/2018 (Brasil, 2018), mantendo-se os participantes ocultos desde a fase de análise, até mesmo, ao conselho superior.

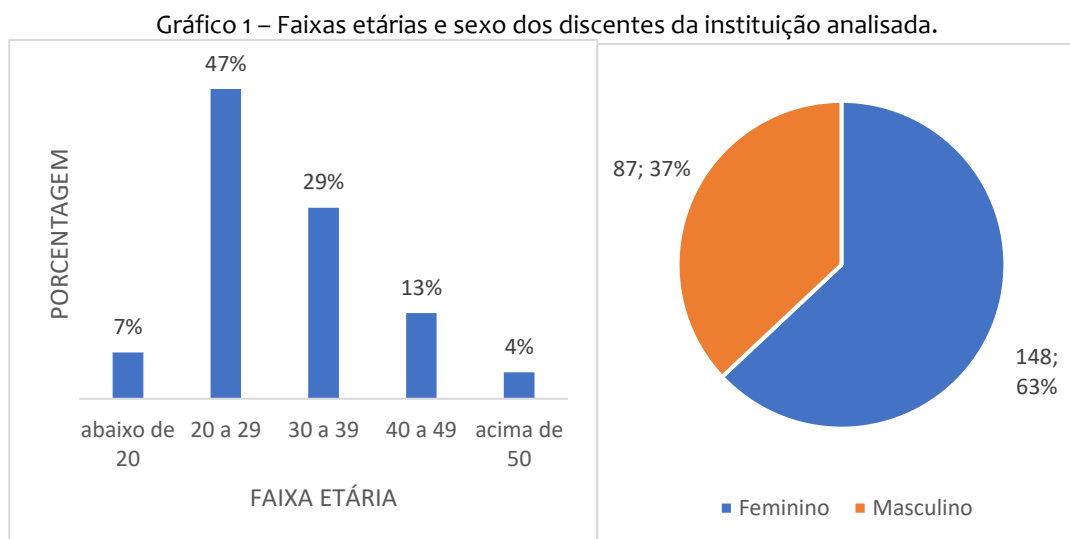
Os dados coletados foram analisados, classificados e triangulados (Minayo, 2002) para identificar de maneira coerente como a exclusão digital ocasionou déficits aos discentes. Por questões éticas e conforme as autorizações recebidas, o presente estudo omitiu: a) o nome e a localização da instituição de ensino, informando apenas que ela pertence à Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará; b) dados que poderiam identificar os cursos da

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19* instituição; c) informações sobre locais ou tecnologias utilizadas, preservando o anonimato da instituição e dos discentes.

Os resultados se encontram expostos no tópico seguinte.

#### 4. Resultados e Discussões

Primeiramente, observou-se que a pesquisa levantou dados relativos à faixa etária dos discentes analisados, revelando os seguintes resultados:

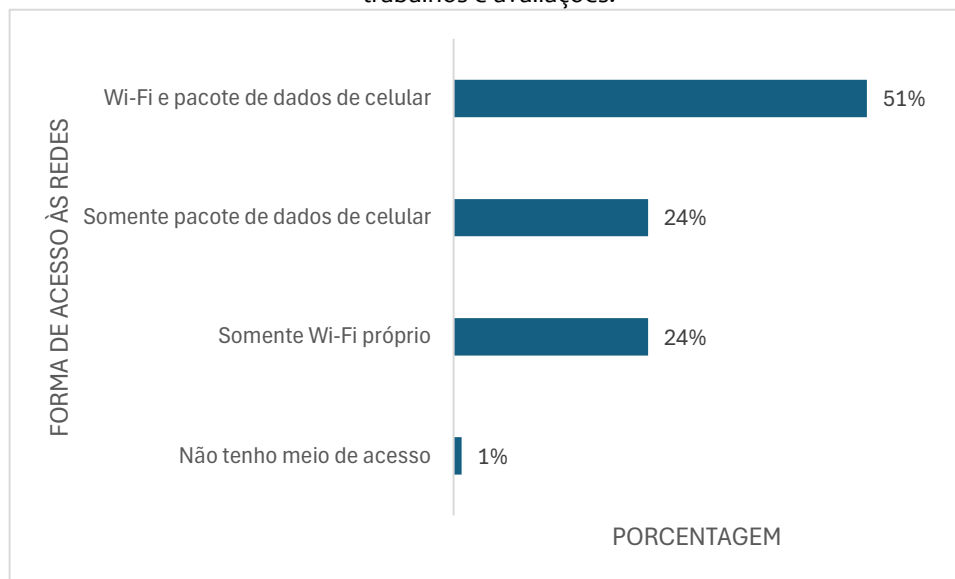


Fonte: dados secundários da pesquisa.

A princípio, imaginava-se que a maior presença de jovens e jovens adultos, pertencentes às faixas etárias abaixo de 20 anos (7%) e de 20 a 29 anos (47%) – num total de 54%, correspondente a 126 sujeitos – indicaria um público com alta capacidade de adaptação e adesão às novas tecnologias. Também se acreditava que as principais dificuldades se concentrariam nas faixas etárias seguintes, que totalizavam 46% – 109 sujeitos. Contudo, os dados não confirmaram essa presunção, como se analisou mais adiante. Além disso, o levantamento demonstrou uma maior adesão à pesquisa por parte de discentes do sexo feminino. Não houve análise quanto à identidade de gênero dos sujeitos.

Ao questionar os sujeitos sobre as principais formas de acesso à internet para acompanhar as disciplinas e realizar estudos, trabalhos e avaliações, os resultados foram os seguintes:

Gráfico 2 – Formas de acesso à internet para acompanhamento das disciplinas e realização de estudos, trabalhos e avaliações.



Fonte: dados secundários da pesquisa.

Como se vê, 51% dos sujeitos da pesquisa – 120 pessoas – demonstraram acessar a internet para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas tanto por dados móveis disponíveis no celular, quanto por meio de rede de *wi-fi* própria. Esse grupo certamente representa o conjunto que apresentou o menor grau de dificuldades de acesso à internet; no entanto, esse acesso pode ter representado um aumento necessário em seus custos de vida (o que não foi explorado como questão da pesquisa, por decisão da instituição, na época).

As possibilidades de déficit no processo de ensino-aprendizagem, no entanto, surgiram nos dois grupos de sujeitos subsequentes, que demonstraram depender exclusivamente de *wi-fi* próprio ou de dados móveis em celular – ambos com cerca de 24%, com 56 e 57 sujeitos, respectivamente. Constatou-se que o primeiro grupo dependia de uma maior permanência em sua residência, seja ao longo do período de aulas on-line, seja nos demais períodos necessários à realização das atividades curriculares. Isso, certamente, ou os imobilizava para realizar trabalhos externos ao longo daquele período ou prejudicava a qualidade de seus estudos durante saídas necessárias de casa (para atividades laborais ou estágios), ocasionando, em ambos os casos, déficits no processo.

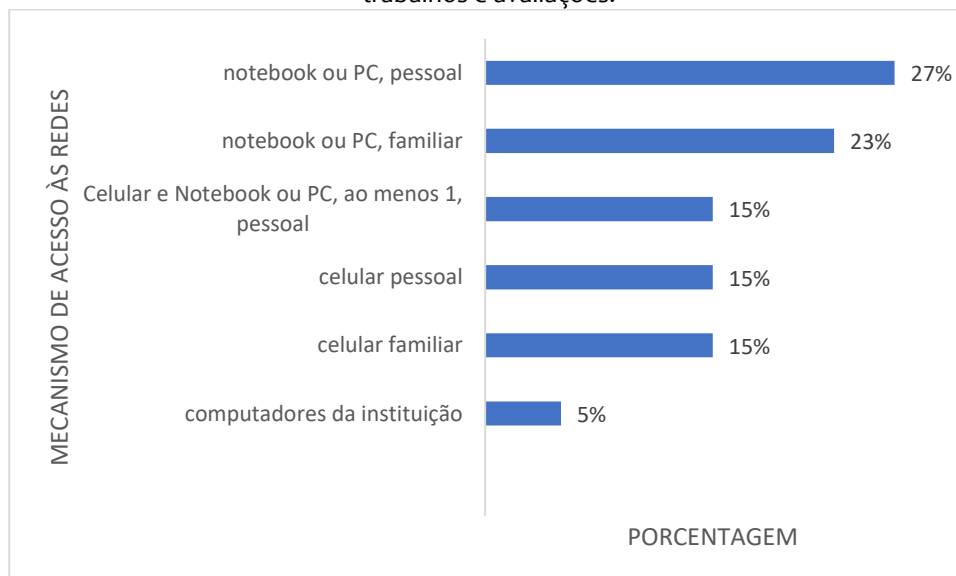
Já o segundo grupo necessitaria de um pacote sabidamente limitado para acesso à internet, mesmo dentro de sua residência, considerando a realidade dos planos de dados móveis vigentes à época. Isso implicaria a necessidade de um uso mais econômico e conciso dos planos de dados, sobretudo se os planos também fossem compartilhados com o acesso

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19* recreativo à rede (por eles ou familiares). Do contrário, comprometeriam uma parte ainda maior de seu orçamento pessoal/familiar para custeio dos estudos.

Ao final, um grupo de 2 pessoas – correspondente a 1% – afirmou não ter nenhuma das duas formas de acesso à rede. Esse 1%, no entanto, projetado para a totalidade do universo do qual se extraiu a amostra, especialmente se considerada a margem de erro, poderia representar uma minoria totalmente prejudicada em seu processo de ensino-aprendizagem. Essa minoria só teria acesso aos conteúdos ministrados e à possibilidade de realizar trabalhos mediante o uso do wi-fi da instituição (funcional somente em dias e horários comerciais) e/ou de terceiros, o que implicaria uma carga muito além do comum ao seu tempo e qualidade de vida. Em um contexto de pandemia, essa busca pelo apoio da instituição ou de terceiros também representava risco de contaminação.

Em igual sentido, quanto ao mecanismo utilizado para acesso às redes, acompanhamento das disciplinas e realização dos estudos, trabalhos e avaliações, os sujeitos da pesquisa responderam conforme a figura abaixo.

Gráfico 3 – Mecanismos de acesso às redes para o acompanhamento das disciplinas e realização dos estudos, trabalhos e avaliações.



Fonte: dados secundários da pesquisa.

As diferenças econômicas ficaram mais evidentes a partir do gráfico acima: Enquanto 27% dos sujeitos (63 pessoas) possuíam computador pessoal para os estudos, outros 23% (54 pessoas) dependiam de um computador dividido com os demais familiares. Esses, certamente, possuíam uma máquina que, pela presença de aparatos voltados à produção e um menor número de estímulos e distrações concorrentes (em comparação aos celulares),

melhor favorecia seus estudos (obviamente, considerando as limitações relativas à necessidade de dividir o aparelho com familiares).

Por sua vez, 15% dos sujeitos (35 pessoas) utilizavam celular próprio para seus estudos, ao passo que 10% (24 pessoas) usavam um aparelho compartilhado com outros familiares. Novamente, para além das desvantagens relativas à necessidade de compartilhamento, tem-se que este grupo se valia de um aparelho destinado a outras formas de relacionamento. Embora útil para estudo, as telas menores são menos favoráveis a longos períodos de leitura ou acompanhamento de aulas, e menos ainda para o manejo de aplicativos de texto, cálculos etc. O déficit quanto às condições de estudo se tornou mais evidente nesta categoria de sujeitos, em comparação aos demais.

E, de maneira inesperada (uma vez que relativamente contrária aos dados apresentados no gráfico anterior), constatou-se que 5% dos sujeitos da pesquisa (12 pessoas) declararam a necessidade de uso de computadores da instituição para seu estudo. Em uma análise mais profunda, constatou-se que os mesmos 2% que declararam não ter wi-fi ou pacote de dados móveis no gráfico anterior se encontravam entre os sujeitos desta categoria. No entanto, outros 10 declararam depender de computadores da instituição. A explicação, certamente, viria da hipótese de que estes discentes poderiam ter wi-fi próprio em seus domicílios, porém não dispunham de equipamentos adequados, dependendo, assim, do uso de máquinas disponíveis (em número restrito, conforme informado pelo conselho superior da instituição) para seus estudos ou para algumas atividades.

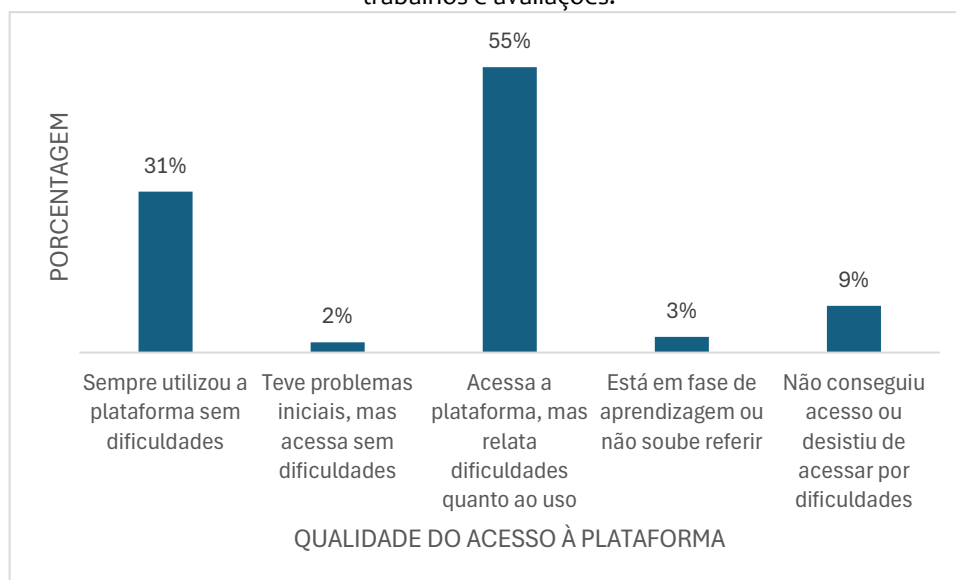
Em todo caso, os riscos e ônus inerentes à necessidade de deslocamento de discentes para atender às exigências de seus estudos se ampliaram para o quantum de 10%, em relação ao achado do gráfico anterior, de 1%, aumentando também as preocupações quanto aos ônus que os discentes passaram a ter em relação à sua vida, economia e processo de aprendizagem.

Ainda em relação ao achado acima, tem-se que, para além das dificuldades de acesso encontradas em razão da metodologia adotada, um prejuízo maior ainda se evidenciou, ao longo da pesquisa: por decisão do conselho superior e da equipe pedagógica, a instituição optou pelo emprego de uma *plataforma específica* para realização do processo de ensino-aprendizagem que, como forma de controle de acesso aos conteúdos e de atribuição de frequência, deveria ser acessada regularmente, demonstrando o percurso por determinadas

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19* trilhas pedagógicas. Por questões éticas e, evitando identificações, não se mencionará o nome da plataforma.

A ideia era boa e aplicável ao período. Entretanto, de forma prévia, deveria ter sido verificada a possibilidade de acesso dos discentes à referida plataforma, o que só foi objeto de atenção posteriormente à contratação da tecnologia. Questionados a respeito, por meio de uma pergunta semiestruturada do formulário original, os discentes forneceram um conjunto de respostas textuais com diferentes manifestações, que foram objeto de dificuldades iniciais de análise pelo conselho superior, o que obrigou a equipe de análise à aplicação de um processo de categorização e análise de conteúdo (Bardin, 2011), gerando o seguinte grupo de resultados, obtidos à época.

Gráfico 4 – Mecanismos de acesso às redes para e acompanhamento das disciplinas e realização dos estudos, trabalhos e avaliações.



Fonte: dados secundários da pesquisa.

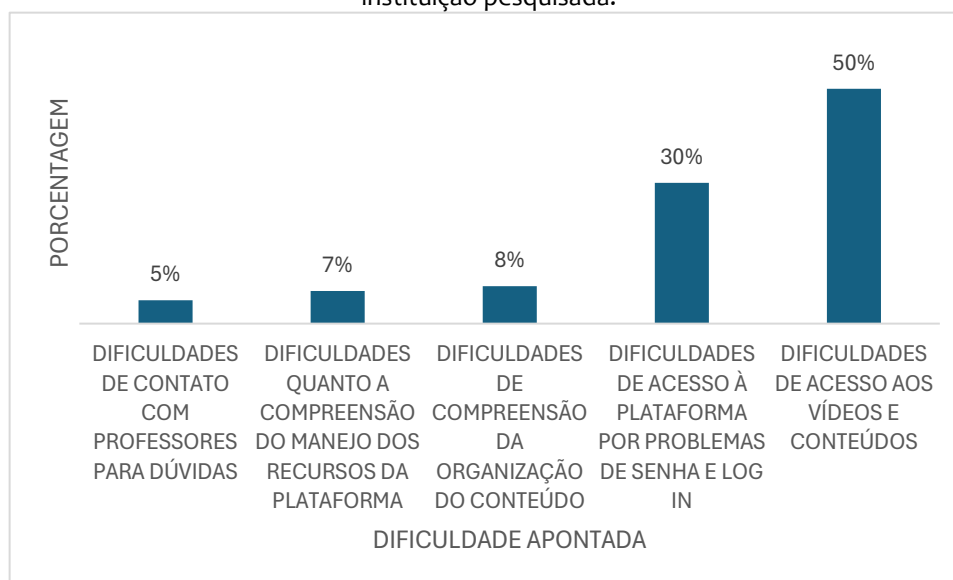
De imediato, verificou-se que somente 33% dos sujeitos da pesquisa – 31% que conseguiram acessar a plataforma desde sua implantação sem dificuldades (73 pessoas), e 2% que tiveram problemas iniciais superados (5 pessoas), acessavam a ferramenta metodológica sem dificuldades no momento da pesquisa. Este dado já era suficiente para demonstrar graves déficits, ao tempo do início do segundo bimestre daquele semestre em curso na instituição pesquisada. Afora esse grupo, 3% (7 pessoas) ainda se encontravam em fase de aprendizado sobre o uso da ferramenta ou não sabiam referir. Acreditou-se tratar de um público em transição para o uso da plataforma, por ter obtido recente acesso.

De outro lado, 55% dos sujeitos da pesquisa (129 pessoas) relatavam que, embora tivessem acesso, ainda sofriam dificuldades para uso da ferramenta, agravando mais ainda a

preocupação acima. E, por fim, 9% (21 pessoas) declararam que não conseguiram acesso ou desistiram, diante das dificuldades encontradas. Vale destacar que, neste grupo, se encontravam os 1% de sujeitos sem acesso à rede de dados e parte dos 5% que declararam depender de computadores da instituição para acesso à metodologia adotada.

Explorando os motivos das dificuldades relatadas (pelos 129 sujeitos que as mencionaram), novamente se deparou, no formulário, com a realização de uma pergunta semiestruturada que também resultou em respostas variadas. Mais uma vez, realizou-se a atividade de análise de conteúdo, sintetizando os seguintes resultados.

Gráfico 5 – Dificuldades apontadas pelos sujeitos das pesquisas quanto ao uso da plataforma adotada pela instituição pesquisada.



Fonte: dados secundários da pesquisa.

Como se observa, a maior reclamação apresentada foi em relação à dificuldade de acesso aos conteúdos e vídeos, relatada por aproximadamente 50% dos sujeitos que encontraram dificuldades (65 pessoas). Isso automaticamente apontou para a crença de que os programas exigidos pela plataforma, sobretudo em computadores e celulares mais antigos, necessitariam de atualizações ou aplicações que, por vezes, poderiam ser até mesmo incompatíveis com os aparelhos. Ou seja, os aparelhos acessavam a plataforma, mas seus sistemas não se mostravam capazes de utilizar os conteúdos devido a insuficiências técnicas.

Em segundo lugar, identificou-se uma série de problemas relativos à criação de logins (nomes de usuário) e senhas cadastradas por cerca de 30% dos que manifestaram problemas de acesso (39 sujeitos), cujos dados nem sempre correspondiam à documentação correta dos

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19* discentes no sistema e, devido a erros de cadastro identificados em demasia, geravam bloqueios ao acesso à plataforma.

Em terceiro lugar, observou-se que os demais discentes apresentavam dificuldades em relação à compreensão das trilhas (8%), à compreensão de como usar a plataforma (7%) e às necessidades de contato com os docentes das disciplinas (5%), cuja origem foi atribuída a falhas no processo de comunicação sobre o uso correto dos recursos da tecnologia e a falhas na orientação dos docentes em relação à formação das trilhas.

Ao final, percebe-se que, do universo pesquisado, apenas 31% dos sujeitos não sofreram qualquer déficit identificável a partir da metodologia adotada pela instituição no início do segundo bimestre, conforme identificado naquele momento.

Coube à equipe de análise, após a coleta e identificação destes resultados, apontar possíveis soluções aos problemas, que não serão delineados por hora, por não constituírem o foco do presente estudo. Contudo, foi possível observar como a mudança de metodologia, adotada em decorrência da necessidade de continuação dos serviços da instituição ao longo do período pandêmico, atingiu, de diferentes formas e sob diferentes graus de gravidade, a vida e as condições de estudo dos discentes: muitos foram obrigados a mudar sua rotina e sua forma de estudo diante da necessidade e possibilidade de acesso à rede, bem como de acordo com os recursos disponíveis, sejam familiares ou pessoais, adquiridos com urgência ou já existentes, que encontravam à disposição.

Não há dúvida, no entanto, de que os discentes com condições econômicas mais frágeis foram os que mais apresentaram dificuldades para se adaptar; afinal, os custos adicionais necessários para a continuidade do processo de aprendizagem impactaram os orçamentos familiares, muitas vezes de maneiras que não permitiram a manutenção da metodologia em paralelo com a mensalidade da instituição.

Todo esse contexto e, em paralelo, as dificuldades de funcionamento de uma metodologia eleita por uma equipe pedagógica sem a verificação prévia das reais condições materiais para sua utilização, bem como sem a mensuração das competências e habilidades necessárias ao seu manejo entre os discentes, resultaram em um prejuízo ao processo de ensino-aprendizagem que, ao final do primeiro bimestre, se tornava irrecuperável.

Como se pode constatar, a tomada de decisão de uma política institucional, aliada a uma necessidade econômica da instituição, constituiu um conjunto de condições e variáveis que, associadas às demais condições sociais advindas com a pandemia, certamente não



contribuíram para o processo de ensino-aprendizagem; pelo contrário, resultaram em medidas pedagógicas rigorosas que apenas levaram a um “[...] distanciamento maior do que o já ocasionado pela mediação por tecnologias da informação, e, com isso, incentivou muitos discentes à adoção de uma postura contraproducente” (Reis Netto; Miranda, 2021a, p. 226).

Consolidou-se uma verdadeira violência sistêmica, nos termos propostos por Žižek (2014, p. 73), que resultou em uma “implícita confissão de impotência” dos discentes diante da metodologia, que se tornou evidente diante dos resultados da pesquisa aplicada ao contexto da instituição de ensino privada.

Diante desse contexto, no qual apenas 31% dos discentes teriam potencialidade de acesso à plataforma adotada como mecanismo de ensino-aprendizagem, o clima institucional certamente figurava como um fator negativo, além de todos os outros sentimentos decorrentes do momento vivido por todos.

Certamente, o problema deve ser ilustrado pelas falas transcritas em alguns trechos das respostas qualitativas que demonstravam o real sentimento vivido: “não tem como acessar pelo celular, não tenho computador ou notebook, e fica difícil o acesso à plataforma. E quando entra não aparecem as atividades. Isso me deixa muito desmotivado” (sujeito da pesquisa); “ela não abre em celular e não tenho computador, então fica muito difícil conseguir acessar a plataforma. [...] Só consegue ter acesso com tranquilidade quem tem computador” (sujeito da pesquisa); “não consegui acessar e a resposta que tive era que precisava abrir a plataforma em um computador ou notebook. Sendo que eu não tenho” (sujeito da pesquisa); “não consegui acessar as disciplinas, pois não tinha acesso pelo celular. Gastei valores em cyber para tentar acesso, visto que pago a faculdade. Creio que seria injusto mais um custo meu” (sujeito da pesquisa).

Como se vê, o conjunto de condições materiais relativas ao processo de ensino-aprendizagem foi absolutamente contrário ao que propugna a própria ideia de educação. Em um contexto socialmente traumatizante, repleto de perdas e lóstimas, infelizmente, a tecnologia revelou sua face mais excludente e violenta, sujeitando diversos discentes não apenas da instituição estudada – dado o caráter potencialmente indutivo deste estudo – ao mundo *offline*, onde oportunidades se esvaem diante de déficits incontornáveis enfrentados pelos discentes.

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19*

Como bem explicou um dos sujeitos: “Os mais prejudicados com essa plataforma ou aulas híbridas somos nós. O assunto só é jogado na plataforma. Vamos trabalhar com crianças, bebês, jovens, idosos. Isso nem se caracteriza como aula”.

### **5. Considerações Finais**

Este estudo teve como objetivo verificar de que forma as dificuldades de inserção no mundo digital influenciaram a qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos discentes de universidades particulares, revelando uma verdadeira violência sistêmica inerente à exclusão digital. Ao final, observou-se que as mudanças drásticas motivadas pela pandemia, acompanhadas por possíveis insensibilidades às novas metodologias e à adoção de práticas pedagógicas não compatíveis com a realidade de muitos discentes, alijaram-nos, na prática, de um processo de ensino-aprendizagem ativo, do qual realmente poderiam participar de maneira coerente e desejável.

Além disso, verificou-se que essa postura, aliada a todos os demais males sociais vividos ao longo da pandemia, resultou, sem dúvida, em um verdadeiro contexto de violência sistêmica, que importou déficits sensíveis diante dos resultados apresentados, embora não mensurados diretamente.

Nestes termos, constatou-se a existências de déficits relativos à qualidade do acesso à internet, em primeiro lugar, especialmente para um grupo de 1% que não tinha qualquer forma de acesso à rede e para outros 5% que não tinham aparelhos apropriados para acompanhamento das aulas. Além disso, entre os que não relataram problemas de acesso, 55% dos sujeitos da pesquisa apresentaram dificuldades quanto à metodologia adotada pela instituição, ao longo do período pandêmico, revelando prejuízos ao processo de ensino aprendido vivido no período analisado, diretamente advindos das dificuldades de se adaptar às modificações determinadas.

Recomenda-se, ademais, a continuidade deste estudo com a exploração dos possíveis déficits, bem como de eventuais modelos que busquem a superação do problema, por meio da adoção de medidas mais sensíveis à realidade dos discentes de cada local.

Registra-se o agradecimento pelo apoio nesta pesquisa aos seguintes grupos: a) Érgane – Pesquisadores da Amazônia; b) Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime LAB-GEOVCRIM/UEPA; c) Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA/UEPA; e d) Grupo de Pesquisas Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – GPJ/TJPA.

## Referências

ARENDDT, Hanna. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática da Monografia para os Cursos de Direito.** 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 13.709 de 14 de agosto de 2018.** Congresso Nacional: Brasília, 2018.

CASTELLS. Manuel. **O Poder da Comunicação.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua TIC 2018.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 10.09.2021. 2019.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica Aplicada às Ciências Sociais.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MOURA, Luzia Menegotto Frick de; LUCIANO, Edimara Mezzomo; PALACIOS, Rosiane Alves; WIEDENHÖFT, Guilherme Costa. Exclusão Digital em processos de Transformação Digital: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Gest@o.Org**, v. 18, n. 2, p. 198-213. 2020.

REIS NETTO, Roberto Magno; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. O Método Hermenêutico-Dialético aplicado às Ciências Sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. **Textos & Contextos**, v. 18, n. 2, p. 1-00. 2019.

REIS NETTO, Roberto Magno; MIRANDA, Wando Dias. A pedagogia da arte contra a pedagogia da opressão: um relato sobre (a arte d)o ensino jurídico durante a pandemia de covid-19. In: SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira; MENDES FILHO, S Sérgio Fiuza de Mello; CAVALCANTE, Tayna Silva; RODRIGUES, Victor Russo Fróes. **Educação Jurídica em tempos de pandemia de covid-19: relatos de vivências e aprendizagens docentes.** Florianópolis: Habitus, 2021a.

*Offline's: Exclusão digital e o ensino superior privado em tempos de pandemia de COVID-19*  
REIS NETTO, R. M.; MIRANDA, W. D. Miradas sobre um direito do amanhã. In: RIBEIRO, L. J. **Da teoria geral aos novos direitos: um passeio jurídico dimensional**. Campo Grande: Inovar, 2021b.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, A. C. L. As múltiplas realidades do ensino jurídico no interior do estado do Pará: análise de caso da disciplina direito penal i, na cidade de Abaetetuba/Pará. In: SMITH, A. S. P. O.; MENDES FILHO, S. F. M.; CAVALCANTE, T. S.; RODRIGUES, V. R. F. **Educação Jurídica em tempos de pandemia de covid-19: relatos de vivências e aprendizagens docentes**. Florianópolis: Habitus, 2021.

ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

## Sobre os autores

### **Roberto Magno Reis Netto**

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará – PPGeo/UFPA. Pós-Doutorando em Geografia pela UEPA/PA. Mestre em Segurança Pública. Professor (Instituto de Ensino em Segurança Pública do Pará – IESP, e da Escola de Governança de Ananindeua), Pesquisador (Érgane – Pesquisadores da Amazônia; Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime LAB-GEOVCRIM/UEPA; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA/UEPA; e Grupo de Pesquisas Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – GPJ/TJPA). Oficial de Justiça Avaliador do TJPA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5076-6149>  
Email: bob\_reis\_ufpa@yahoo.com.br.

### **Wando Dias Miranda**

Doutor em Ciências (2018) pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA/UFPA. Professor da universidade do Estado do Pará. Pesquisador dos grupos de pesquisa: Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia OBED/NAEA/UFPA; Projeto Metrópole UFPA e Érgane Pesquisadores da Amazônia. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1630-6736>. Email: wandomiranda@outlook.com.

### **Clay Anderson Nunes Chagas**

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2010). Reitor da Universidade do Estado do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor Colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado Pará. Sócio da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa. Membro do Instituto Histórico Geográfico do Pará. Líder do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4223-0192>. Email: claychagas@uepa.br.

Recebido em: 29/10/2024

Aceito para publicação em: 02/11/2024